

MESA DA ASSEMBLÉIA

- 1- [ATAS](#)
 - 1.1- [Reunião Ordinária de Debates](#)
 - 1.2- [Reunião de Comissão](#)
 - 2- [ORDENS DO DIA](#)
 - 2.1- [Plenário](#)
 - 2.2- [Comissões](#)
 - 3- [EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO](#)
 - 3.1- [Plenário](#)
 - 3.2- [Comissão](#)
 - 4- [TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÃO](#)
 - 5- [PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR](#)
 - 6- [MATÉRIA ADMINISTRATIVA](#)
-
-

ATAS

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE DEBATES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA EM 30 DE AGOSTO DE 1996

Presidência do Deputado Wilson Trópia

SUMÁRIO: COMPARECIMENTO - Falta de "quorum".

COMPARECIMENTO

- Comparecem os Deputados:

Agostinho Patrús - Anivaldo Coelho - Gilmar Machado - Gil Pereira - João Leite - José Henrique - Marco Régis - Péricles Ferreira - Wilson Trópia.

Falta de "Quorum"

O Sr. Presidente (Deputado Wilson Trópia) - Às 9h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião, por falta de "quorum", e convoca os Deputados para a ordinária de debates de segunda-feira, dia 2 de setembro, às 20 horas.

ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA, NO PRAZO DE 120 DIAS, PROCEDER A ESTUDOS SOBRE O PROCESSO DE APURAÇÃO DOS ÍNDICES DO VALOR ADICIONADO FISCAL - VAF - DOS MUNICÍPIOS DE MINAS GERAIS E ACOMPANHAR OS TRABALHOS DA COMISSÃO ESPECIALIZADA, CRIADA PELA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA PARA APURAR AS VARIAÇÕES DO VAF DOS MUNICÍPIOS DE CONTAGEM, CONGONHAS E VARGINHA, REFERENTES AO

PERÍODO DE 1992 A 1995

Às dezesseis horas e quinze minutos do dia vinte e um de agosto de mil novecentos e noventa e seis, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Geraldo Rezende, Gilmar Machado, Carlos Pimenta e Elbe Brandão (substituindo esta ao Deputado Arnaldo Penna, por indicação da Liderança do PSDB), membros da Comissão supracitada. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Geraldo Rezende, declara abertos os trabalhos e solicita ao Deputado Gilmar Machado que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. A Presidência faz a leitura de três ofícios da empresa Tema - Consultoria Econômica e Financeira Ltda., encaminhados por intermédio de seu advogado, mediante os quais apresenta novas documentações, analisadas após o depoimento, nesta Comissão, do Sr. Marcos Letayf Macedo, Diretor da referida empresa. Nos ofícios solicita-se a análise dos documentos e as providências cabíveis, além de colocar-se o Sr. Marcos Letayf Macedo à disposição para novo depoimento. O Presidente acolhe os documentos e determina sua anexação aos autos, mas pondera que novo depoimento não será necessário, uma vez que a documentação já é um depoimento escrito. A Presidência esclarece que a finalidade da reunião é tratar de assuntos de interesse da Comissão e indaga se há alguma proposição a ser apresentada. O Deputado Gilmar Machado, com a palavra, apresenta requerimento em que solicita seja enviado ofício ao Sr. João Bosco Geordano da Silva, Corregedor da Secretaria da Fazenda, pedindo o envio a esta Casa das seguintes informações: 1 - O número de inquéritos que foram montados pela referida Secretaria para averiguar possíveis irregularidades cometidas por servidores daquele órgão? 2 - Quantos dos inquéritos mencionados estão concluídos? 3 - Em que situação se encontram os inquéritos que ainda não foram finalizados? Solicita ainda que seja enviado à Comissão relatório sucinto das irregularidades apuradas pela Secretaria da Fazenda e das providências por ela adotadas no âmbito administrativo, no civil e no penal. O Deputado Carlos Pimenta apresenta requerimento em que solicita seja encaminhado à Coordenadoria de Assuntos Municipais da Secretaria de Estado da Fazenda pedido de envio a esta Casa de cópias das relações dos créditos externos, relativos ao VAF, repassados aos Municípios de Congonhas, Contagem e Varginha, referentes aos exercícios financeiros de 1992 a 1994; de demonstrativo específico dos valores relativos aos estoques incorporados aos créditos externos do VAF repassados aos Municípios de Congonhas, Contagem e Varginha nos exercícios de 1992 e 1993; de relatório sintético sobre a legalidade ou não dos valores declarados nas DAMEFs-Anexo VAF A, pelas empresas prestadoras de serviços Mendes Júnior Industrial, Norberto Odebrecht e CONVAP, sediadas em Congonhas, nos exercícios de 1992 a 1994. Colocados em votação, cada um por sua vez, são os requerimentos aprovados por unanimidade. O Deputado Geraldo Rezende, na ausência do Vice-Presidente, Deputado Arnaldo Penna, passa a Presidência ao Deputado Carlos Pimenta, para apresentar requerimento em que solicita faça a Comissão, a exemplo do trabalho realizado nos Municípios de Contagem e Congonhas, uma visita ao Município de Betim, para verificar "in loco" a documentação de empresas com possíveis irregularidades. Colocado em votação, é o requerimento aprovado por unanimidade. O Deputado Carlos Pimenta retorna a Presidência ao Deputado Geraldo Rezende. O Presidente comunica aos membros da Comissão que a visita a Varginha se realizará no dia 27/8/96, e que serão acompanhados por um fiscal da Secretaria da Fazenda e por um representante do Ministério Público. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de agosto de 1996.

Geraldo Rezende, Presidente - Paulo Piau - Alberto Pinto Coelho - Carlos Pimenta.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 182ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA, A REALIZAR-SE EM 3/9/96

1ª Parte (Pequeno Expediente)

(das 14 horas às 15h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência. Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Discussão e votação de pareceres e votação de requerimentos.

Requerimento nº 1.068/96, do Deputado Marcos Helênio, solicitando informações ao Secretário da Segurança Pública acerca do efetivo cumprimento da Lei nº 11.817, de 1995, que dispõe sobre o controle dos desmontes - ferros-velhos e sucatas. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Requerimento nº 1.234/96, do Deputado Glycon Terra Pinto, em que solicita a inserção nos anais da Casa da reportagem intitulada "Deu Zebu", publicada na revista "Exame", em 22/11/95. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 13.043, que autoriza o Poder Executivo a delegar, por meio de concessão ou de permissão, os serviços públicos que menciona e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto ao inciso VII do art. 1º, ao § 2º do art. 4º e aos §§ 1º, 2º e 3º do art. 7º e pela rejeição do veto ao art. 3º, incisos I e II e parágrafo único, ao art. 4º e seu § 1º, ao parágrafo único do art. 6º, ao art. 8º e seu parágrafo único e ao art. 10.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 895/96, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 11.394, de 6/1/94, que cria o Fundo de Desenvolvimento Regional do Jaíba e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Agropecuária opina pela sua aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça, e com as Emendas nºs 2 e 3, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1, apresentada pela Comissão de Justiça, 2 e 3, apresentadas pela Comissão de Agropecuária, e 4 a 6, que apresenta.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.082, que acrescenta parágrafo ao art. 56 da Lei nº 6.763, de 26/12/75, que consolida a legislação tributária do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 13.101, que autoriza a alienação das ações da Companhia de Gás de Minas Gerais - GASMIG. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 897/96, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Juiz de Fora imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela sua aprovação com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Justiça.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 471/95, do Deputado Arnaldo Penna, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Senhora de Oliveira. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 516/95, do Deputado Bonifácio Mourão, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Divinolândia de Minas o terreno que menciona. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 3/9/96

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir as novas tabelas de preços dos serviços cartorários, com os seguintes convidados: Srs. Luiz Fernando Carceroni, Coordenador do PROCON de Belo Horizonte, e Arnaldo Godoy, Vereador e Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara Municipal de Belo Horizonte; Sra. Maria Cândida Batista Faggion, Presidente da Associação dos Oficiais de Registro Civil das Pessoas Naturais de Belo Horizonte; e Desembargador Lauro Pacheco de Medeiros, Corregedor-Geral de Justiça.

ORDEM DO DIA DA 40ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E POLÍTICA RURAL, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 3/9/96

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposição que dispensa a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 1.585/96, do Deputado Almir Cardoso.

ORDEM DO DIA DA 36ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 3/9/96

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário

da Assembléia:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 693/96, do Deputado Marcos Helênio; 224/95, do Deputado Romeu Queiroz.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 697/96, de Comissão Especial; 695/96, do Deputado João Batista de Oliveira; 838/96, do Deputado José Bonifácio; 630/95 e 809/96, do Deputado Luiz Antônio Zanto.

ORDEM DO DIA DA 40ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TURISMO E LAZER, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 3/9/96

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 797/96, do Deputado Leonídio Bouças; 692/96, do Deputado Marcos Helênio; 766/96, do Deputado Sebastião Helvécio; 177/95, do Deputado Wanderley Ávila.

No 1º turno: Projeto de Lei nº 255/95, do Deputado José Braga.

Requerimentos nºs 1.574/96, do Deputado Dimas Rodrigues; 1.590/96, do Deputado Luiz Antônio Zanto; 1.543 a 1.554, 1.557, 1.560 a 1.572, 1.576 a 1.578, 1.592 a 1.598/96, do Deputado Wanderley Ávila.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE O VETO PARCIAL À PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 13.103, A REALIZAR-SE ÀS 14H45MIN DO DIA 3/9/96

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: apreciar o parecer do relator, Deputado Gilmar Machado.

ORDEM DO DIA DA 53ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 3/9/96

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 900/96, do Governador do Estado; 919/96, do Deputado Sebastião Navarro Vieira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 898/96, do Deputado Arnaldo Canarinho; 591/95, do Deputado Durval Ângelo; 914/96, do Deputado Francisco Ramalho.

ORDEM DO DIA DA 36ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 4/9/96

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir sobre a atuação de empresas que concedem empréstimos ao funcionalismo público com desconto em folha.

Convidados: Srs. Luís Fernando Carceroni, Coordenador Municipal do PROCON-BH; Antônio Joaquim Fernandes Neto, Promotor de Justiça da Defesa do Consumidor; Arivaldo Sudan, Delegado de Ordem Econômica; Geraldo César Pereira, Superintendente Central de Pagamento da Secretaria de Recursos Humanos e Administração; Néelson Caldeira, Divino Passos, Austregésilo Neves, Antônio Passos, Zélia M. Silva, Baturia C. Lima, José Cavalcânti, João Vilaça, Presidentes da AESCREPOL, PREVICAIXA e ASEM, CBGC, ASPEMG, CFM, CEBRASP, AGESP e da Associação dos Jornalistas do Serviço Público, respectivamente; e outros.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Especiais da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da

atribuição que lhe confere o art. 18, § 2º, do Regimento Interno, convoca reuniões especiais da Assembléia a serem realizadas às 8 horas e às 19h30min do dia 3/9/96, destinadas ao prosseguimento do Seminário Legislativo Reforma Agrária em Minas Gerais, a primeira com os temas Reforma Agrária e o Atual Modelo de Desenvolvimento e Política Estadual de Reforma Agrária, e a segunda com o tema Legislação Agrária, Terras Públicas e Devolutas.

Palácio da Inconfidência, 2 de setembro de 1996.

Agostinho Patrús, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Constituição e Justiça e de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos do Regimento Interno, convoco os Deputados Simão Pedro Toledo, Antônio Genaro, Leonídio Bouças, Arnaldo Penna, Anivaldo Coelho e Ivair Nogueira, membros da Comissão de Constituição e Justiça; Miguel Martini, Romeu Queiroz, Geraldo Rezende, Glycon Terra Pinto, Clêuber Carneiro, Marcos Helênio e Alencar da Silveira Júnior, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, para a reunião a ser realizada no dia 4/9/96, às 14h30min, no Plenarinho IV, com a finalidade de se apreciar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 923/96, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter imóvel ao Município de Santo Antônio do Aventureiro.

Sala das Comissões, 30 de agosto de 1996.

Geraldo Santana, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÃO

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI

Nº 874/96

Comissão de Meio Ambiente

Relatório

De autoria do Deputado Sebastião Costa, o projeto de lei em tela objetiva declarar de utilidade pública a Associação dos Amigos do Meio Ambiente - AMA -, com sede no Município de Manhuaçu.

Depois de publicado, foi o projeto encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade.

Cabe, agora, a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre a matéria, conforme o art. 104, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A referida entidade tem por objetivo precípuo a conscientização quanto à necessidade de se preservar o meio ambiente. Para alcançá-lo, mantém intercâmbio com organizações afins, visando à promoção de seminários, conferências e cursos de interesse ecológico.

Dessa forma, oportuno se faz declará-la de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 874/96 no 1º turno, na forma proposta.

Sala das Comissões, 2 de setembro de 1996.

Antônio Roberto, relator.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

180ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA

Discursos Proferidos em 28/8/96

O Deputado Miguel Martini* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa, pessoas presentes nas galerias, estamos apresentando, hoje, um projeto de lei que muda

substancialmente os procedimentos pelos quais uma entidade é declarada de utilidade pública estadual.

O parlamento, tal qual o conhecemos, nasceu na modernidade, junto com o constitucionalismo e com o modelo de democracia vigente até hoje. Durante sua história, a instituição fez-se defensora das liberdades fundamentais do ser humano onde quer que elas fossem ameaçadas pelo arbítrio de mandatários prepotentes.

No mundo inteiro, busca-se, hoje, um novo padrão de prática parlamentar, mais ágil e eficaz, que, conservando sua essência, se faça consentâneo com as exigências da atualidade. No Brasil, durante o período autoritário, o Legislativo foi mutilado em suas prerrogativas e competências fundamentais, alijado do processo de formulação das políticas públicas, relegado à posição de ator coadjuvante no contexto nacional.

A redemocratização devolveu a este Poder sua força e seu prestígio. A Constituição de 1988 destruiu o mecanismo perverso que esvaziava a instituição e a fazia despojada de seu próprio sentido. O reestabelecimento do Legislativo na plenitude de suas funções trouxe para o legislador novas e importantes missões. Passamos a ocupar o centro da cena política e a constituir o alvo das atenções e das esperanças do povo. Isso representa uma responsabilidade tremenda: não podemos decepcionar a população, sob pena de colocarmos em risco o destino da democracia neste País. Um povo descrente, decepcionado e agredido em suas expectativas é terreno fértil para os desígnios do primeiro tiranete de plantão.

Uma dupla tarefa nos é proposta: inserir-nos no movimento mundial pela modernização do parlamento e corresponder à confiança que os cidadãos depositam na representação popular para abrir as portas de um novo tempo de desenvolvimento e justiça.

Nos últimos tempos, a Assembléia de Minas vem respondendo à altura aos desafios que nos têm sido postos por essas novas realidades.

A parceria com a sociedade, manifestada concretamente nas audiências públicas, nos seminários legislativos e em tantas outras iniciativas semelhantes, tem consolidado o nome desta Casa junto a suas congêneres. Voltamos a atuar ativamente, em conjunto com a comunidade, interferindo de forma positiva na formulação das políticas públicas estaduais. Aqui têm sido produzidas leis sobre temas relevantes, leis de qualidade que prometem efeitos benéficos sobre o crescimento econômico e social deste Estado. Preparamo-nos para acompanhar cada vez mais de perto as ações de governo, com o objetivo de exercer, com crescente competência, o múnus fiscalizador, que é parte da essência mesma do parlamento. Colocamo-nos cada vez mais em condições de exercer uma fiscalização positiva, que não se esgota em críticas vagas e gerais, mas que se faz por meio de sugestões construtivas, aptas a orientar os rumos de Minas Gerais.

Temos muito o que fazer. Graças a Deus, temos muito o que fazer neste momento histórico em que o Legislativo goza da plenitude de suas prerrogativas e competências. Por isso mesmo, não se pode deixar que esta Assembléia gaste tempo com filigranas de cunho tipicamente administrativo. Referimo-nos aos projetos de declaração de utilidade pública. Assumidos num passado em que a instituição tinha pouco ou nada a fazer, reduzida que fora a mero apêndice do Executivo, assumidos talvez para esconder o vazio em que caíra este Poder, os projetos de declaração de utilidade pública perdem, gradativamente, o sentido. Entretanto, pasmem os senhores: em 1991, os projetos para declarar de utilidade pública entidades filantrópicas corresponderam a 45% da produção legislativa desta Casa. Em 1992, corresponderam a 56%. Em 1993, a 56%. Em 1994, a 54%. Em 1995, a 47% e, só no primeiro semestre de 1996, a 49%. Ou seja, metade do nosso tempo tem sido perdido declarando entidades de utilidade pública. A tramitação de um projeto de utilidade pública corre normalmente o trâmite de todas as comissões, envolvendo técnicos, parlamentares, reuniões e gastos excessivos que não se justificam mais nos tempos de hoje.

Com cada um desses projetos despendeu-se todo um processo de tramitação, envolvendo Deputados e funcionários, discussões, votações, um esforço, enfim, que poderia ter sido dirigido a questões cuja solução exige a presença atuante da representação popular.

Nosso projeto pretende, em seu art. 5º, que a declaração de utilidade pública seja feita por decreto, devolvendo, assim, ao Executivo uma função claramente administrativa. Preserva, entretanto, a responsabilidade do Deputado enquanto mediador entre o povo e o governante, na medida em que o decreto deve ser precedido da indicação de um parlamentar estadual.

Não se esgota nisso a proposição. Estabelece critérios definidos e rigorosos para a concessão do respectivo título às entidades, de forma a se evitarem tropeços que, num passado não muito remoto, contribuíram para arrancar a imagem desta Casa. Como uma de suas principais novidades, o projeto acolhe um princípio que atribui ao cidadão a competência para fiscalizar as associações: o art. 7º estabelece que qualquer cidadão ou entidade poderá requerer, mediante representação fundamentada, a revogação de ato declaratório de utilidade pública. Fica, assim, reforçado o papel da sociedade enquanto instância fiscalizadora das instituições. É oferecida aos mineiros mais uma oportunidade para exercitar a cidadania.

Com essa iniciativa, pretendemos colaborar para a valorização do Legislativo, para a construção da consciência cidadã e para a solução de uma questão que não pode mais esperar. Por isso, temos a certeza de que nossa proposição será acolhida pelos nobres pares e sancionada pelo Governador, colocando um termo aos problemas que costumam ser ocasionados pelo atual processo de declaração de utilidade pública.

Para finalizar, Sr. Presidente, queremos destacar a importância do projeto para esta Casa, uma vez que vai permitir que os parlamentares evitem perder tempo com coisas menos importantes, sem alterar todo esse processo, sem impedir a liderança dos parlamentares nas suas regiões, junto às suas entidades, junto, enfim, à sociedade mineira.

Queremos, apenas, conseguir mais agilidade. Em muitos casos, os Deputados mais afoitos pedem, inclusive, a tramitação em regime de urgência para o projeto de declaração de utilidade pública. Com isso, Sr. Presidente, queremos valorizar ainda mais esta Casa, que tem se destacado como uma das melhores Assembléias do Brasil e que recebeu a aprovação de 65% da população mineira. Com certeza, esta Assembléia será muito mais valorizada e reconhecida a partir da aprovação desse projeto. Com certeza, os pares desta Casa, sensibilizados que são e conscientes da sua missão, estarão me dando esse apoio e aprovando esse projeto. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Clêuber Carneiro - Sr. Presidente e Srs. Deputados, falarei sobre eleições em tempo de real - pão e água.

Esta é uma eleição que se configura diferente. Não só nos seus aspectos político-eleitorais, mas também nos aspectos sociológicos e antropológicos. A defesa da cidadania é a tônica, a voz e a força do povo são o fermento.

Longe, bem longe está ficando a figura do coronelão, chefe incontestado dos currais eleitorais. Está indo de roldão o tempo em que o grito do cabo eleitoral repercutia, era ouvido e respeitado.

O que é mais importante hoje, ao povo, é o social, que toma dimensão maior quando, deixando o fisiologismo e a ajuda demagógica que passa a significar esmola, se firma como atendimento direto e de direito às comunidades, que, às vezes, têm problemas simples mas de excepcional relevância. Ora é a água que é suprida, ora são a luz e a energia que ampliam perspectivas, é o trator agrícola que incentiva a produção, é a escola ou o posto de saúde que são criados onde nunca existiram ou o asfalto, tão sonhado por todos, que cobre as ruas. A crueza das carências básicas está sendo sentida na pele e é um desafio permanente ao homem público.

As elites estão em baixa, e os que se encastelam em privilégios, fatalmente condenados. O poder está sendo rediscutido e contestado. Há visíveis sinais de que o povo quer votar contra o Governo. Assim o fazendo, tem-se a impressão e a sensação de alívio ou, até mesmo, a crença renovada de que a alternância é salutar e oxigena o poder. Busca-se uma política de resultados. Não há mais lugar para os demagogos, e a execração dos corruptos toma contornos de guerra santa. Política tem que significar decência, política tem que ter competência, política é trabalho sério. "Slogans" como "rouba mas faz", "não faz nada mas é bonzinho" ou o louvor à arte de engolir sapos já eram. Os sapos têm que ser vomitados e jamais descerem goela abaixo. A lisura, a transparência, a seriedade e a honradez são exigências mínimas e não mais virtudes excepcionais. O processo é gradual, mas está ocorrendo com firmeza. O processo é lento, mas importante e efetivo, já que civilizatório.

Em tempos de real, as eleições estão sendo feitas a pão e água. Os governos sérios não fazem investimento político com o dinheiro do povo, conspurcando a democracia, ao arrepio da lei e da justiça. Em tempos de real, não há dinheiro para os compradores de votos humilharem com intensidade a pobreza e o sofrimento de nossa gente. Em tempos de real, os "anõezinhos" já não se agigantam tanto na corrupta ação dos que vivem se locupletando com o suor e o sangue da Pátria.

É assim que eu vejo esta eleição: diferente por sua própria natureza, singular pela inusitada situação, sem dinheiro, quer do Governo, quer de empreiteiros, quer de particulares. Uma eleição a pão e água, mas que, certamente, se revigora em si própria e sinaliza comportamentos diferentes para uma democracia nova. Democracia onde a forma do povo vai prevalecer e governar. Muito obrigado.

O Deputado Carlos Pimenta - Exmo. Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, senhores visitantes, quero, inicialmente, apresentar nosso profundo sentimento de tristeza pelo falecimento do médico montes-clarense Djalma Guimarães, de pouco mais de 40 anos de idade. Sua morte prematura chocou a cidade de Montes Claros, principalmente seus amigos e clientes. Apresentaremos uma comunicação da qual daremos ciência a sua esposa, Dra. Sílvia, aos seus quatro filhos e aos seus familiares. Montes Claros, hoje, acorda um pouco mais triste com a perda do nosso colega, o grande médico Djalma Guimarães.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, qualquer processo de privatização, seja ele ao nível de Estado ou ao nível da nossa Nação, tem que obedecer a um ritual que não pode ser apenas para a valorização, para o ganho do Estado, em detrimento de sua população. No

caso do Estado de Minas, que entra no processo de privatização da Companhia Vale do Rio Doce, entendemos ser necessário que o Estado e a população saiam ganhando com isso.

Hoje, estamos diante de outro processo de privatização que interessa a toda a Nação: é a privatização da Rede Ferroviária. A região Norte de Minas Gerais, ao ser anunciado o processo de privatização dessa companhia, foi tomada de surpresa com a desativação do chamado "trem baiano", que faz o transporte de passageiros e interliga os Municípios de Monte Azul, Mato Verde e Montes Claros. Trata-se de um dos principais serviços prestados pela Rede Ferroviária à região.

No dia 3/9/96, esse trem fará sua última viagem. A supressão dessa linha fere profundamente o interesse popular daquela região. Para que os senhores tenham idéia da importância do "trem baiano" para nós, norte-mineiros, é necessário dizer que ele serve diariamente a centenas de pessoas que moram nesse rincão do Norte de Minas. Uma passagem de Monte Azul a Montes Claros, pelo trem, custa à população R\$2,30. A passagem pelo transporte rodoviário custa R\$116,00. São centenas de pessoas que usam o trem para comercializar os seus produtos em Montes Claros. As pessoas que fazem uso desse transporte levam o requeijão, a farinha, o mel, o doce e produtos hortifrutigranjeiros para serem comercializados em Montes Claros. Elas saem na parte da manhã, retornando à tarde, e o percurso de Monte Azul a Montes Claros lhes custa pouco mais de R\$5,00. Ao se anunciar o processo de privatização, a primeira medida tomada foi a paralisação da linha ferroviária de transporte de passageiros de Monte Azul a Montes Claros. Isso vem reforçar, Sr. Presidente, nossa preocupação ao se analisar o processo de privatização. É necessário que sejam levados em conta os interesses da população. O simples fato de se privatizar para desonerar o Estado, para trazer mais recursos para o Estado, sem olhar os interesses da população, é um aspecto que precisa ser analisado. É bem verdade que para se administrar de forma ágil o Estado e a Nação é necessário que alguns serviços e bens passem para as mãos de terceiros. Mas os Deputados Estaduais e Federais precisam colocar-se ao lado da população.

Sr. Presidente, nos últimos anos, todas as medidas tomadas, para ajudar o Estado e a Nação, respaldadas no aumento da arrecadação estadual e regional, vêm de encontro aos interesses da população norte-mineira. Acabamos de deparar com a medida do Governo do Estado que, ao priorizar as 10 emendas regionais, as 10 emendas estaduais, retira a que previa o asfaltamento da estrada Januária-Manga-Montalvânia. Não entendemos por que uma região das mais pobres de Minas, que sofre a pior seca dos últimos 10 anos, estando há 11 meses sem chuvas, uma região onde impera a fome, a desesperança e o sofrimento, seja, ainda, assolada por medidas governamentais tomadas em detrimento de seus justificados interesses. Assistimos, na semana passada, a quadros tristes e lastimáveis, ao percorrermos a região Norte de Minas. Eram situações ocasionadas pela seca, pela fome, pela miséria e pela falta de empregos. Tivemos a oportunidade de visitar algumas propriedades rurais e constatarmos que, há pouco tempo, serviam à subsistência de famílias, e, hoje, não possuem mais um só animal, uma só plantação, passando por reais dificuldades.

Estamos preparando um documentário a respeito da fome, da seca e da miséria no Norte de Minas Gerais. Vamos convocar a imprensa mineira para que veja o nosso documentário e constate o absurdo representado não só pela miséria, mas também pela falta da presença do Governo do Estado e do Governo Federal na região Norte de Minas.

Estivemos em casas em que, há pouco tempo, as pessoas tinham o que comer. Hoje, nessas mesmas casas, elas não contam nem com os alimentos mínimos necessários à sua subsistência.

Vamos convocar a grande imprensa a fim de mostrar esse documentário e chamar a atenção para o que realmente acontece na região Norte de Minas Gerais. Talvez, com a ajuda da imprensa e dos Srs. Deputados, possamos alertar a sociedade mineira, as pessoas que governam, as pessoas que têm o poder de decidir.

Nessa mesma visita, Srs. Deputados, pudemos constatar um grande absurdo que se comete. Tivemos a oportunidade de ver Prefeituras que receberam cestas básicas do Governo Federal, por meio do Programa de Mobilização das Comunidades, estocarem as cestas para poder distribuí-las às vésperas das eleições. Vamos denunciar esses Prefeitos, porque é o pior crime que se pode cometer contra pessoas necessitadas de uma ajuda maior de nossa parte e do Governo do Estado.

Gostaria de saber se o Deputado Raul Lima Neto gostaria de fazer um aparte.

O Deputado Raul Lima Neto (Em aparte) - Muito obrigado. Gostaria de usar o tempo restante, que V. Exa. tão gentilmente me cede, para citar um fato. Viajávamos uma vez, e acho que V. Exa. estava no avião, para Itacarambi, juntamente com o Vice-Governador Walfrido dos Mares Guia. Numa atitude característica de sua pessoa, muito transparente, muito honesta, pois é uma pessoa que fala o que pensa, ele disse que não era viável o asfaltamento das estradas de Januária, passando por Manga, Montalvânia e Juvenília, uma vez que não haveria retorno, que seria um gasto dispendioso para os cofres públicos da União e do Estado. Então, disse-lhe que ele

desconhecia a riqueza que é o nosso Norte de Minas, o seu potencial turístico. Ele dizia que não haveria retorno. Mas temos belezas cênicas ali que não se encontram em outros lugares, talvez no mundo, como a Vereda do Gibão, o Rio Cochá, o Rio Carinhanha, as grutas de Montalvânia. Aquelas terras podem ser impróprias para alguma cultura que exportamos, mas são terras próprias para frutas. V. Exa. há de concordar que a manga-rosa, por exemplo, é a manga mais saborosa e mais cheirosa do mundo. Poder-se-ia exportar a manga-rosa para qualquer lugar do mundo. O que as autoridades não observaram, ainda, é que o Norte de Minas é um potencial de riquezas, e está-se deixando passar a oportunidade de explorá-las. E, veja bem, não há indústrias e não há retorno porque não há estradas. Evidentemente, não havendo como escoar a produção, não há incentivo. Não há estrada. Por isso, não há produção. Aquela rodovia, evidentemente, é necessária.

Eu me alinho com V. Exa. na defesa do Norte de Minas, e que os nossos governantes entendam que Gerais precisa do apoio do Governo. Porque Minas, volto a dizer, fica até a sua terra. Minas fica até Montes Claros. De Montes Claros para lá é Gerais. E, lá, começam as ricas e lindas terras em que o nosso Governo precisa aplicar recursos. Muito obrigado.

O Deputado Carlos Pimenta - Agradeço o aparte do Deputado Raul Lima Neto e concedo aparte ao Deputado Marco Régis.

O Deputado Marco Régis (Em aparte) - Agradeço ao nobre Deputado Carlos Pimenta este aparte. Gostaria, também, de participar da preocupação de V. Exa. no que toca à supressão do ramal ferroviário que une Monte Azul a Montes Claros. Devido à essa visão rodoviária que o Brasil assumiu desde os idos do Governo Kubitschek, acredito que, realmente, o Brasil não poderia parar no tempo e, por conseguinte, não poderia entrar na rota do progresso se, realmente, não adotasse uma política rodoviária, com a instalação de montadoras de automóveis no País, que foi o símbolo desenvolvimentista de JK.

Por outro lado, essa política de rodovias matou parte das poucas ferrovias que havia e que vêm sendo suprimidas nos últimos trinta anos, sob a alegação de que os ramais são deficitários. Creio que deve ter ocorrido isso no caso de Monte Azul-Montes Claros.

As rodovias trouxeram o progresso, mas trouxeram, também, muita desgraça, desgraça essa que atinge mensalmente centenas de lares brasileiros, devido à precariedade de nossas rodovias e ao despreparo de nossos motoristas. Realmente, a mortandade e a mutilação que têm acontecido em nossas rodovias é grande. Lamento a supressão de mais um ramal ferroviário e, como V. Exa., estou também preocupado com a onda privatizante. Sempre temos questionado até que ponto a privatização trará um progresso harmônico, como no caso de uma empresa assumir um setor ferroviário do Norte de Minas e cortar um ramal deficitário. Como nas nossas ferrovias, rodovias e outros setores, o setor das telecomunicações também apresentaria problema semelhante com a privatização, pois não haveria interesse de se fazerem investimentos nos locais ermos ou grotões, já referidos pelo saudoso Tancredo Neves. Muito obrigado pelo aparte.

O Deputado Carlos Pimenta - Agradeço a intervenção do Deputado Marco Régis. Quero deixar clara nossa posição, porque estou cansado de vir a esta tribuna para fazer denúncias absurdas contra o Governo. Como não temos força para mover o Governo com relação a esses problemas de nossa região, vou passar a fazer denúncias formais e documentadas sobre a discrepância entre o tratamento dado ao Noroeste, ao Vale do Jequitinhonha e ao Norte de Minas e a outras regiões de Minas Gerais. Precisamos da ação do Governo em nossa região. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Raul Lima Neto - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, não poderia deixar de dar respaldo ao nosso companheiro Deputado Marco Régis, que abordou, nesta Casa de parlamentares, um assunto muito importante: o desrespeito e o descaso com o povo brasileiro em relação às ferrovias é muito grande. Na verdade, somos um País de interesses "cartelizados", onde tudo gira em torno da iniquidade dos cartéis. Sabemos que as ferrovias são bem mais baratas que as rodovias e que esse meio de transporte é mais rápido, amplo e seguro. Os países do primeiro mundo estão assentados em ferrovias e não em rodovias, embora tenham mais rodovias que o nosso País. Entretanto, não interessa às montadoras de automóveis a implantação de ferrovias. O Brasil importa muito petróleo e não interessa nem mesmo à Petrobrás e à refinaria que tenhamos o País assentado sobre ferrovias. Nobres Deputados esses interesses, que, muitas vezes, esbarram nos genuínos interesses políticos, não permitem que o nosso País pare para refletir e tomar a posição mais acertada, que seria aplicar em ferrovias.

No entanto, nobre Deputado Marco Régis, isso em nada afasta o fato de que o nosso Norte de Minas - quando me refiro ao Norte de Minas falo do São Francisco, falo das Gerais - é tão esquecido e precisa ser lembrado pelas nossas autoridades, no sentido de prover de estradas e de asfalto as cidades tão importantes daquela região.

Acredito que as margens do São Francisco podem tornar o Norte de Minas o celeiro do nosso Brasil. Aquelas terras produzem tudo o que desejarmos plantar, como trigo, uva, maçã, manga. Aquelas areias das margens do São Francisco são riquíssimas para a produção de melancia, melão, laranja, as nossas laranjas, que não são iguais às laranjas do Rio de Janeiro e de São Paulo, pois elas, realmente, têm gosto de laranja e, por esse motivo, podem ser exportadas para o mundo inteiro. Enfim, não se produz ali porque, além de não haver nenhum tipo de incentivo, não existem meios para se escoar a produção, pois não temos estradas. No entanto, a construção de estradas já foi não só prometida por políticos, mas também tem feito parte de emendas ao orçamento.

O nosso Presidente, Deputado Agostinho Patrús, foi autor de uma emenda, a meu pedido, logo que eu fui eleito Deputado Estadual. Naquela época, ele ainda não era Presidente desta Casa, mas era o homem selado para o ser. Na oportunidade, solicitei que ele colocasse na emenda do orçamento um projeto de sua autoria, que seria sobre o asfalto para a estrada de Januária a Juvenília, isto é, Januária, Itacarambi, Manga, Missões, Montalvânia e Juvenília. O nosso Presidente atendeu ao meu pedido e o projeto, que foi aprovado. No entanto, entre ser aprovado e ser realizado existe uma diferença enorme, são outros quinhentos.

Portanto, quero apenas lembrar a V. Exas. que, na verdade, há um descaso por parte das nossas autoridades para com o povo norte-mineiro, que tem sido esquecido, mas que é um povo correto, um povo bravo, um povo feliz porque mora naquela região, e que, sem dúvida alguma, trará muitas felicidades para todo o nosso País no momento em que ali existirem investimentos na produção, além de estradas para escoar essa produção. Digo que aquele povo trará felicidades para o nosso País porque se trata de uma região que tem um potencial turístico incomum, como as águas cristalinas dos rios Carinhanha, Pandeiros, Cochá e Gibão, além da pesca, da fauna e da ictiofauna. Enfim, é preciso voltarmos as nossas atenções para esse potencial riquíssimo para todo o Brasil, para todo o povo, que é o Norte de Minas. Muito obrigado, Presidente Agostinho Patrús, pela vossa bondosa paciência.

O Deputado Durval Ângelo (Em aparte) - Sr. Presidente, o Deputado Raul Lima Neto nos deu a informação de que, na sua campanha para Presidente da Assembléia, V. Exa. assumiu o compromisso de colocar no orçamento a emenda relativa ao asfaltamento da estrada ligando Manga a Juvenília.

O Deputado Raul Lima Neto - Ele ainda não era candidato a Presidente. Eu usei a expressão selado para o ser porque, V. Exa., como professor de teologia, deve saber que o Salmo 139 diz: "Eu não era nascido ainda e os meus dias já estavam contados e determinados pelo Senhor.". Portanto, o Deputado Agostinho Patrús já estava determinado a ser o Presidente desta Casa. No entanto, foi na condição de colega e de homem de alto espírito público que ele atendeu ao pedido deste humilde Deputado, isto é, o asfalto para aquela estrada de Januária a Juvenília. Muito obrigado.

O Deputado Simão Pedro Toledo - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhores da imprensa, no dia 16/8/96, a cidade de Pouso Alegre foi palco de uma importante programação promovida pelo Ministério Público do Estado. O eminente Procurador-Geral de Justiça, Dr. Epaminondas Fulgêncio Neto, implantou no Estado os Núcleos de Estudos Jurídicos, com a finalidade de levar a atuação do Ministério Público, também no plano cultural, a todas as comarcas de Minas Gerais. Logicamente, participam desses Núcleos os Promotores de Justiça. Sua atuação se faz através de convênios firmados com a Procuradoria-Geral de Justiça e com os vários cursos de direito existentes em todo o Estado. Essa é uma medida realmente importante, da maior significação, dada a extensão territorial do nosso Estado, que dificulta a locomoção e o contato mais direto do Ministério Público com o povo. Muitas vezes, também, o isolamento impede o relacionamento entre os membros da instituição e os cidadãos. Então, aquele órgão tomou a providência de criar os Núcleos, com a finalidade de descentralizar e interiorizar as atividades dos centros de estudos. Através de reuniões que acontecem em várias faculdades do interior e de publicações específicas voltadas para a atividade cultural, o Ministério Público se aproxima do povo mineiro, dando uma contribuição maior para o aperfeiçoamento de seus membros e dos acadêmicos de direito e aperfeiçoando, ainda, sua ação a serviço da justiça. Em Pouso Alegre, no dia 16, tivemos uma série de promoções, e, numa delas, na Faculdade de Direito local, foi instalado o Núcleo de Estudos Jurídicos, que homenageou merecidamente o Promotor de Justiça, Dr. Carlos Ferreira Brandão, falecido há alguns anos, o qual foi uma das glórias do Ministério Público mineiro, pela sua inteligência, pela sua cultura jurídica e pelas suas qualidades morais e intelectuais. No mesmo dia, tivemos um painel sobre Juizados Especiais Criminais, a cargo do Procurador de Justiça, Dr. Joaquim Cabral Neto, da Juíza do Tribunal de Alçada, Dra. Jane Ribeiro da Silva, e do Procurador, Dr. Carlos Henrique Fleming Ceccon. Esse evento prosseguiu no dia seguinte, com a apresentação de outros painéis da maior importância, uma atuação do Ministério Público na área do Direito Constitucional - o Ministério Público Junto ao Tribunal de Contas -, e os estudos foram encerrados com o tema Assuntos

Institucionais.

Quero registrar que o cargo de Diretor do Centro de Estudos de Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público está entregue ao Procurador de Justiça, Dr. Antônio Lopes Neto, que vem desenvolvendo um dos mais importantes e relevantes trabalhos na área. Ele já ocupou cargos importantes no Ministério Público mineiro e, agora, convocado pelo Procurador-Geral, vem realizando um trabalho da maior expressão. Merecido destaque cabe também ao Dr. Amando Prates, Presidente da Associação do Ministério Público, pela importante participação no projeto.

Com essa ação do Dr. Epaminondas Fulgêncio Neto, o Ministério Público toma uma iniciativa visando ao futuro e já se antecipa ao início do novo século, com providências necessárias para levar o trabalho desse órgão para mais próximo do povo.

Dessa maneira, presta relevante serviço não apenas exercendo a atividade jurisdicional como também levando seus membros a contribuir para a cultura jurídica dos universitários, com um trabalho magnífico e que merece o nosso grande aplauso. Muito obrigado.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 29/8/96, o Sr. Presidente, nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, a Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, e de conformidade com a estrutura estabelecida pela Deliberação da Mesa nº 1.276, de 1995, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Grupo Específico de Apoio às Atividades de Representação Político-Parlamentar da mesma Secretaria:

Gabinete do Deputado Ronaldo Vasconcellos

exonerando Karen Cardoso do cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13;

nomeando Valéria Maria Turci para o cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13.

AVISO DE LICITAÇÃO

Resultado de Julgamento de Licitação

Convite nº 102/96 - Objeto: alienação de 3 motocicletas. - Licitantes vencedores: Geraldo de Melo Moreira, Marcelo de Assis Monteiro e Arildo Alves Dias.

EXTRATO DE CONVÊNIO

Termos de Convênio que entre si celebram a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais e as Entidades abaixo discriminadas, cujo objeto é a concessão de subvenção social e auxílio para despesa de capital

Convênio Nº 01218 - Valor: R\$2.000,00.

Entidade: Caixa Escolar Carmem Ribeiro Diniz - Luminarias.

Deputado: Ailton Vilela.

Convênio Nº 01219 - Valor: R\$2.500,00.

Entidade: Caixa Escolar Judith Analia Fabregas - Luminarias.

Deputado: Ailton Vilela.

Convênio Nº 01334 - Valor: R\$5.000,00.

Entidade: Associação Deficientes Físicos Sete Lagoas - Sete Lagoas.

Deputado: Gil Pereira.
